

Arquivos e Produção de Conhecimentos Históricos e Educacionais na Contemporaneidade: entrevista com Adriana Carvalho Koyama

**Archives and Production of Historical and Educational
Knowledge in Contemporary times: interview with Adriana
Carvalho Koyama**

*Adriana Carvalho Koyama*¹

*Nara Rúbia de Carvalho Cunha*²

*Thiago Lenine Tito Tolentino*³

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, da Faculdade de Educação da Unicamp. E-mail: koyama@unicamp.br

² Doutora em Educação pela UNICAMP. Professora do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: nara.cunha@ufu.br

³ Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Instituto de História da UFU. E-mail: thiagolenine@ufu.br

RESUMO

Adriana Carvalho Koyama é professora, historiadora, arquivista e pesquisadora em educação, com uma rica experiência profissional em diversos setores: gestão e educação em arquivos, gestão escolar, docência na educação básica e no ensino superior e pesquisa. Reunindo um sólido e diversificado arcabouço teórico-metodológico, ela vem tematizando o arquivo enquanto espaço de memória e elemento de produção de conhecimentos históricos e educacionais nas diversas frentes em que se desdobra sua trajetória profissional. Este texto foi produzido a partir de um conjunto de questões elaboradas pelos organizadores do dossiê temático *Arquivos: teoria e ensino em diálogo com diferentes públicos* e gentilmente respondidas pela professora Adriana Carvalho Koyama. O ponto de partida foi sua densa pesquisa sobre *sites* de arquivos públicos do Brasil e de outros países da Europa e América do Norte, na qual problematiza a produção de conhecimentos histórico-educacionais na interface com arquivos no universo virtual.

Palavras-chave: Arquivo. História. Conhecimento. Educação.

ABSTRACT

Adriana Carvalho Koyama is a teacher, historian, archivist and education researcher,, with long professional experience in several sectors: management and education in archives, school management, teaching in basic education and in higher education and academic research. Gathering a solid and diversified theoretical and methodological framework, she has been focusing on the archive as a space of memory and an element of production of historical and educational knowledge on the various fronts in which its professional trajectory unfolds. This text was produced from a set of questions elaborated by the organizers of the thematic dossier *Archives: theory and teaching in dialogue with different audiences and kindly answered* by Adriana Carvalho Koyama. The starting point was her extensive research on public archives sites in Brazil and other countries in Europe and North America, in which she analyses the production of historical-educational knowledge in the interface with archives in the virtual universe.

Keywords: Archive. History. Knowledge. Education.

Adriana Carvalho Koyama é professora, historiadora, arquivista e pesquisadora em educação, com uma rica experiência profissional em diversos setores: gestão e educação em arquivos, gestão escolar, docência na educação básica e no ensino superior e pesquisa. A tematização do arquivo enquanto espaço de memória e elemento de produção de conhecimentos históricos e educacionais permeia a sua trajetória profissional com desdobramentos na reflexão sobre ensino, pesquisa e formação docente. Seu trabalho é ancorado em sólido e diversificado arcabouço teórico-metodológico, a partir do qual tem desenvolvido pesquisas e reflexões em diversas frentes, sobretudo nos campos do ensino de História, da educação patrimonial e da formação docente. Em sua densa pesquisa de doutorado, na qual investiga *sites* dos principais arquivos públicos do Brasil, Inglaterra, França, Estados Unidos e Canadá, Adriana Carvalho Koyama (2015) problematiza a ação educativa no universo virtual. Tomando tal pesquisa como ponto de partida, os organizadores do dossiê temático *Arquivos: teoria e ensino em diálogo com diferentes públicos* elaboraram um roteiro de questões que por ela foi gentilmente respondido. O leitor encontrará neste texto uma gama variada de possibilidades de desdobramentos em estudos sobre arquivo, com incursões por temáticas relativas às políticas e práticas de memória, educação e sensibilidades na contemporaneidade. Registramos aqui o nosso sincero agradecimento à professora Adriana Carvalho Koyama!

*Professora Adriana, em 2013 você defendeu junto à Faculdade de Educação da Unicamp a tese de doutorado **Arquivos online: práticas de memória, de ensino de história e de educação das sensibilidades**, na qual abordou a crescente publicização de documentos de arquivos no universo virtual com fins educativos, tendo como objeto de investigação sites de grandes arquivos públicos do Brasil, da Europa e América do Norte. Como tem se dado o desenvolvimento dos arquivos online e como eles podem ser relacionados à cultura de memória contemporânea?*

Os *sites* de arquivo, ao publicar imagens de documentos digitalizados, trouxeram grandes expectativas de ampliação do acesso ao patrimônio documental, razão de muito entusiasmo, por parte não só de historiadores, como dos muitos outros sujeitos que procuram cotidianamente os arquivos para obter evidências que sustentem direitos, ascendência, propriedades; para juntar informações necessárias à construção de biografias, carreiras políticas,

matérias jornalísticas, efemérides, homenagens. Todo arquivo, grande ou pequeno, é lugar de disputas de memórias, capazes de mobilizar intensas paixões. Os arquivos, como o pó que se acumula nas caixas esquecidas, aquietadas nas prateleiras, acumulam camadas sobrepostas de práticas socioculturais de muitas gerações de sujeitos e grupos sociais presentes em sua constituição. Nos *sites*, mais do que o novo da tecnologia, podemos flagrar essas camadas expostas em desalinho, ambíguas, contraditórias, mas, sobretudo, marcadas por concepções de história e de memória cunhadas no século XIX, que se apresentam, atualizadas, no presente virtual da última moda tecnológica.

O culto à memória pátria se afirma nas práticas monumentalização de documentos que, descontextualizados, são reproduzidos em diferentes mídias para ilustrar narrativas historicistas, eurocêntricas, pretensamente universais, tão presentes na história ensinada. A tais práticas de memória, forjadas no século XIX por grupos sociais ligados a museus, ao ensino de História e aos arquivos, vincula-se a guarda de “documentos históricos”, com procedimentos herdados do antiquariato, formando coleções de relíquias, signos de grandes nomes e “fatos históricos”. Esses têm sido os documentos mais exibidos nos *sites* de arquivo, reafirmando concepções que sustentam narrativas historicistas, memórias celebrativas, sujeitos e grupos sociais que não cessam de vencer; concepções que buscamos enfrentar, movimentar, deslocar, propondo outras possibilidades de produção de conhecimentos educacionais na relação com o patrimônio documental.

Arquivos grandes e pequenos recebem, sistematicamente, propostas de doação dessas relíquias “de valor histórico”, que disputam espaço com os fundos documentais que são, por dever e direito, custodiados pelos arquivos públicos; outras vezes essas relíquias são produzidas a partir desses próprios fundos, no gesto de retirar de seu conjunto uma peça documental, eleita para exposição, reprodução impressa, e agora, digitalização e publicação nos *sites* dos arquivos. Longe de serem gestos produzidos pela razão, são eivados de paixão, como revela a antiga prática de mutilação de documentos públicos para deles se retirarem as assinaturas de altos dignitários, alvo de colecionadores⁴.

⁴ Exemplos dessa prática podem ser vistos em *O inverso (perverso) da Preservação*, na seção Arquivo em Imagens do número 11 da **Revista do Arquivo**, publicada pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/11/pdf/Arquivo%20em%20Imagens%2028%2010.pdf. Acesso em 09 de dezembro de 2020.

Como rastros de outras memórias, arquivos de movimentos socioculturais contra hegemônicos têm se constituído, especialmente a partir da década de 1980, no afã de afirmar outras leituras do passado vivo. Os centros de memória, que se multiplicaram nas últimas décadas do século XX, expressam essa busca pela afirmação das memórias das vidas e lutas de grupos e sujeitos sociais que reivindicam seu reconhecimento como sujeitos históricos. Os acervos documentais de movimentos socioculturais vêm, inclusive, ganhando espaço nos arquivos públicos, expressão de forças sociais que interrogam fortemente o papel dos arquivos públicos nas disputas no campo das memórias sociais.

Há, ainda, outro movimento significativo de aproximação social dos arquivos que abordo em minha tese, fragmentário, muito presente nas mídias sociais, cuja expressão se dá, sobretudo, por uma nostalgia em relação ao passado. Apropriando-se de produções midiáticas de propaganda, agora despidas de sua atualidade, revirando fotografias da cidade já destruída e reconstruída, contemplando cenários pouco marcados pela presença humana que hoje nem rastros deixaram na paisagem vivida, a saudade de outro tempo movimenta as culturas da memória, que se multiplicam na velocidade mesma em que somos levados a viver um presente cada vez mais alargado e desconectado das experiências vividas. Os arquivos vêm publicando, em seus sites e nas mídias sociais, imagens que participam dessa circulação de imagens “do passado”, consumidas distraidamente, fantasmagorias⁵ e alegorias de nossas relações com o tempo, profundamente alteradas na modernidade tardia, de que nos fala Andreas Huyssen, entre outros autores, em especial Walter Benjamin.

A memória é um tema de abordagem complexa e interdisciplinar, ligada a dimensões cognitivas, éticas e políticas que impactam o social. Temos acompanhado nas últimas décadas um intenso debate sobre o direito à memória (lembraça/esquecimento). Nesse sentido, como você percebe a contribuição e os desafios impostos pelas novas tecnologias de informação na produção social da memória?

⁵ Cf. De fantasmagorias a alegorias: desafios da educação e(m) arquivos. In: SIMAN, Lana Mara de Castro; MIRANDA, Sonia Regina. (Org.). **Patrimônio no plural: educação, cidades e mediações**. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017, v. 1, p. 136-153. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/346925818_De_fantasmagorias_a_alegorias_desafios_da_Educacao_em_Arquivos. Acesso em 09 de dezembro de 2020.

As tecnologias têm contribuído para a ampliação do acesso ao patrimônio documental, na medida em que aumentam os investimentos para a digitalização e publicação de acervos documentais, em todo o mundo; no entanto, como práticas socioculturais, carregam as heranças de que falamos há pouco. Se observarmos com atenção, perceberemos que, frequentemente, os acervos publicados são recortes de seus conjuntos, às vezes até mesmo poucas peças documentais, retiradas de seu contexto de produção, atualizando velhas práticas com novas roupagens.

Ao mesmo tempo, há entre as instituições e profissionais de arquivos uma busca intensa por soluções tecnológicas que sustentem formas de publicação e acesso aos acervos digitalizados e/ou nascidos digitais mais robustas e aderentes às boas práticas da arquivologia, que advoga a não fragmentação dos acervos, a preservação de seu arranjo tal como constituído por seu produtor, a pesquisa e divulgação de seu contexto de produção entrelaçada à publicação digital de reproduções do acervo; busca-se, ainda, a criação de formatos digitais para preservação, que resistam à voracidade das mudanças tecnológicas industriais. Entre os profissionais de arquivo há uma forte preocupação com a volatilidade e fragilidade da documentação natodigital, e com a possibilidade muito concreta de que, aliada à profusão da produção documental digital, tenhamos uma perda massiva desses registros. Da perspectiva das instituições de produção e custódia documental, me parece que este é o principal desafio, além de lutar contra a fragmentação e descontextualização dos acervos, desafio antigo e muito atual.

Da perspectiva da produção social da memória, me parece importante considerar que as memórias são constituídas pelos sujeitos sociais, e que os registros documentais não “guardam a memória”, fantasmagoria recorrente nos discursos e expectativas presentes em relação ao papel social dos arquivos. À medida que as tecnologias digitais de comunicação se espalham pelo tecido social, simplificadas e acessíveis, as apropriações e usos dos documentos de arquivo pelos sujeitos sociais se multiplicam, se reinventam, surpreendem, tecendo relações entre presente e passado (re)apresentadas em linguagem midiática, muitas vezes em produções de agentes e movimentos sociais invisibilizados pela grande mídia, como têm feito com grande originalidade os grupos indígenas brasileiros, para ficar em uma das expressões que considero mais significativas de uso das mídias para o registro de outras memórias, ou até

mesmo em pequenos fragmentos de sentido, como os que vislumbramos nos *memes* que circulam com a velocidade da modernidade tardia. Nas disputas simbólicas da memória, esses são espaços de guerrilha na produção da lembrança e do esquecimento. Partilham, com os arquivos, o desafio da fragilidade e volatilidade dos registros digitais. Ainda nesse cenário, as disputas em torno dos direitos autorais e de imagem, em especial as relativas às produções midiáticas, objeto de desejo e de candentes batalhas jurídicas, são um grande desafio à (re)apropriação desses registros documentais. Enfim, em um tema amplo como o que propõe essa questão, busquei destacar aqui algumas poucas contribuições e desafios, entre tantos caminhos possíveis para a sua abordagem.

*Sua tese de doutorado foi convertida no livro **Arquivos online: ação educativa no universo virtual**, publicado no ano de 2015 pela Associação de Arquivistas de São Paulo, em reconhecimento da importância de sua pesquisa na abordagem de características próprias da área arquivística que são desconhecidas ou desconsideradas pelo público mais amplo e não especializado. Quais características têm sido desconsideradas na abordagem de documentos online e quais são suas implicações para a produção de conhecimento histórico e educacional na interface com os arquivos?*

Na minha experiência como historiadora, professora de História e arquivista, percebo um grande desconhecimento das questões e práticas dos campos da Arquivologia, da Educação e do Ensino de História por parte dos profissionais dessas áreas em relação às outras duas, o que produz frequentemente ruídos e descompassos na compreensão de cada um desses campos e de suas possibilidades de inter-relações. Esses descompassos vêm acompanhados, às vezes, de certa desconsideração para com os saberes próprios de cada uma dessas comunidades especializadas, que talvez expresse uma desconsideração mais ampla desses saberes, presente no tecido social em relação a cada um desses campos. O que não deixa de ser surpreendente, de alguma forma: com perdão da violência simbólica da imagem, é como o roto julgando com arrogância o esfarrapado, pois os três campos vêm lutando há tempos pela ampliação do reconhecimento social dos saberes constitutivos de suas práticas. Para que possamos aprender uns com os outros, me parece, o primeiro passo é reconhecer essas lacunas.

Há muitos lugares comuns na abordagem dos arquivos por historiadores e no ensino de História, entre eles destaco o que toma como constituintes dos próprios acervos documentais algumas características das práticas historicistas e positivistas que herdamos de historiadores, de profissionais da educação e de arquivos do século XIX. Compartilho da compreensão de que historicizar a produção de um acervo documental, ou seja, compreender seu contexto de produção e acumulação, é necessário à boa pesquisa, mas isso não significa que os acervos documentais públicos produzidos e acumulados no exercício das atividades institucionais, sejam produto de “uma concepção do século XIX”, desatualizada e pouco profícua para a produção de conhecimentos, como tantas vezes tem-se dito. Muito ao contrário, essa forma de abordagem dos acervos documentais pela arquivologia confronta práticas historicistas de que falamos na primeira questão. Essa abordagem contesta, em certa medida, o sentido dos chamados “arquivos históricos”, ao considerar todo o acervo documental público como digno de preservação e, embora lidando com os dilemas incontornáveis da seleção, busca critérios sistematizados e públicos para esse recorte. O arranjo final dos acervos, presente nos arquivos permanentes, deve manter a organicidade de sua produção, afirmando o princípio de proveniência, isto é, seu arranjo em fundos, cada qual com seu produtor (sejam pessoas ou instituições), no interior dos quais a forma de organização dada pelo produtor deve ser mantida, de maneira a possibilitar sua compreensão como conjunto orgânico e suas relações internas. Essa concepção é contrária, por exemplo, à prática recorrente de se desmembrarem documentos para a guarda em separado de seus itens textuais, fotográficos e/ou iconográficos. Imagine um relatório de missão geográfica governamental do século XX. O relatório, composto de fotos, plantas, mapas, textos, gráficos, pode ser fragmentado no arquivo, perdendo o sentido e contexto de sua produção. Daí resulta a publicação descontextualizada de mapas, fotos e plantas, tão frequentes nos *sites* de arquivo e nas mídias sociais. Desenraizados, esses documentos se prestam a leituras advindas da imaginação dos seus leitores, sem o tensionamento necessário e fértil que o conhecimento de seu contexto de produção e das demais peças que compõem o documento original possibilitaria à sua compreensão, sem falar nos demais documentos desse conjunto, que certamente trariam outro nível de apropriação desse registro. Fazer esse percurso é possível na exploração dos documentos *online*, se o conjunto documental de que essa peça faz parte estiver íntegro, e publicado em sua

integralidade no *site* do arquivo, o que nem sempre ocorre. Mas, para isso, é preciso que o leitor conheça o arranjo dos fundos e coleções documentais e a forma como se apresentam nos *sites*, em plataformas e bancos de dados criados pela e para a arquivologia. Nesse ponto, a barreira de compreensão se dá pelo desconhecimento, pelos usuários, dessas formas de arranjo digital e físico dos acervos documentais.

Voltamos aqui à questão das práticas herdadas, pois a fragmentação dos acervos, na forma de peças documentais descontextualizadas, é tendencialmente hegemônica nas ações educativas dos arquivos e no ensino de História. Os acervos digitais, até o momento, não têm deslocado significativamente essas práticas: em minha pesquisa de doutorado encontrei, transpostas para o universo digital, práticas educacionais de leitura e significação de documentos presentes nos materiais escolares, em museus e arquivos em diferentes camadas de tempo, sobrepostas, desde que governos e grupos sociais estabeleceram a aproximação dessas instituições, “a serviço da civilização” e da educação pública, em finais do século XIX.

Outras experiências educacionais, no entanto, podem ser ampliadas pelas possibilidades abertas pelas tecnologias digitais, experiências engendradas, sobretudo, a partir da década de 1980, em contraposição ao historicismo, por professores e pesquisadores de Ensino de História; experiências que buscaram no “uso” (isto é, leitura e significação) de documentos de arquivo possibilidades de outras articulações entre passado e presente, em que os sujeitos sociais envolvidos, professores e estudantes, possam se constituir e se reconhecer como sujeitos históricos. A respeito dessa abordagem do ensino de História entrelaçado às memórias e experiências dos sujeitos sociais, sugiro em especial a leitura do artigo *Memória, história e tempo: perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa em ensino de história*, da professora Maria Carolina Bovério Galzerani (2008), leitura inspiradora de outros devires no ensino de História e na produção de conhecimentos históricos educacionais.

Você problematiza a “sedução” dos documentos de arquivos no universo virtual em diferentes práticas educativas e de memória, especialmente no ensino de história e na educação patrimonial. Como você relaciona essa sedução a regimes de verdade que têm prevalecido como norteadores de políticas públicas no campo da educação, especialmente no Ensino de História, e do patrimônio?

As pesquisas sobre as reformas educacionais do início do século XX, em suas relações com a Educação dos Sentidos e com o Método Intuitivo podem nos dar pistas muito interessantes sobre essa questão. Presentes nas exposições universais, os materiais educacionais propostos para a educação popular primavam pela atração das crianças e jovens pela experiência sensorial e sensível, buscando trazê-las, dessa forma, para o universo letrado e científico por meio de “saborosas colheradas”, como flagra Galzerani (2016) em sua pesquisa sobre os almanaques campineiros oitocentistas. A sedução da ciência e do letramento, no ensino de História do Brasil, compunha-se de belas imagens visuais, impressas em grandes cartazes, e narrativas literárias produzidas por escritores, poetas e professores para cultivar o amor à pátria. Nos museus escolares existem, ainda hoje, alguns exemplares desses cartazes produzidos em meados do século XX pela Companhia Melhoramentos⁶. Contemplando as imagens de documentos apresentadas nas páginas iniciais dos arquivos, percebo correlações entre essas experiências: os documentos visuais são privilegiados e, entre eles, os que em sua origem foram criados como peças de propaganda; há um tratamento gráfico que retira dessas imagens suas opacidades, sujidades, marcas do tempo indesejáveis; sem falar, é claro, da subtração, nessas imagens, da percepção tátil, olfativa e auditiva que os documentos físicos nos provocam. A experiência de deslocamento no tempo convocada pelos documentos fica um pouco inibida, enquanto os documentos no eterno presente do universo virtual, com cores vivas e deslocamentos dançantes nos convidam a percebê-los como espetáculos. Não raro, essas imagens são acompanhadas de narrativas que visam “explicá-las”, enquadrando sua leitura em um “ponto” do programa escolar. Em meu tempo de escola íamos todo ano ao Museu do Ipiranga, e no sesquicentenário da Independência o filme estrelado pelo galã de novelas da época era o grande sucesso como passeio para as escolas. Os museus escolares e históricos, os livros didáticos e as mídias, povoadas por artistas e literatos, construíram muitas das imagens e narrativas sedutoras que compõem os regimes de verdade sobre o passado que norteiam políticas públicas patrimoniais e de ensino de História

⁶ Ver: KOYAMA, A. C.; BUENO, J. B. G. Educação dos Sentidos e das sensibilidades: olhares entrecruzados sobre artefatos de ensino na contemporaneidade. In: ANPUH - XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal RN. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. São Paulo SP: ANPUH BR, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371302223_AROUIVO_educacaodasse_sensibilidades3.pdf Acesso em 09 de dezembro de 2020.

“brasileira” e “universal” que, se olhadas com atenção, mostram-se indefensáveis e que, no entanto, são capazes de mobilizar em sua defesa inclusive historiadores críticos ao historicismo e do positivismo em seu ofício. Movidos, talvez, por emoções há muito esquecidas, talvez, vividas na infância? O palco das memórias é parte de disputas simbólicas significativas no ensino de História e nas práticas educacionais relativas ao patrimônio documental.

Seu trabalho como formadora de professores e orientadora de pesquisas junto aos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Educação Escolar da Faculdade de Educação da Unicamp tem apostado na articulação de diferentes saberes e áreas do conhecimento. Em linhas gerais, quais são os pilares teórico-conceituais e metodológicos que estruturam esse trabalho formativo/educativo? Como ele se relaciona à reelaboração crítica da relação entre memória e educação via documentos e arquivos?

Recuando no tempo, provocada pela pergunta, penso que as reflexões e experiências de minha formação e vida profissional, em diferentes espaços e papéis, desde a graduação até o presente, articulam a produção de conhecimentos históricos às dinâmicas culturais do presente, buscando compreender as experiências e memórias produzidas pelos sujeitos e grupos sociais em suas dimensões culturais e flagrar seus sentidos políticos mais amplos, tendo como referências intelectuais como Eric Hobsbawm, Edward Palmer Thompson, Peter Gay, Walter Benjamin, Richard Sennett, Carlo Ginzburg, sem desconsiderar as contribuições ímpares da antropologia, da linguística e dos estudos culturais para a compreensão da história cultural e para a própria concepção de sociedade e de história, como faz, por exemplo, Pierre Clastres, ao inverter o paradigma das chamadas sociedades primitivas, deslocando fortemente das bases da concepção linear de história baseada no progresso das “civilizações”. Nas aulas no ensino médio uma das primeiras leituras que fazia com os estudantes eram fragmentos de *A Sociedade contra o Estado*, de Clastres, que abria a reflexão sobre a história ensinada e suas relações com o imaginário social eurocêntrico em que estamos imersos, desconstruindo essa imagem já em suas “origens”, isto é, na concepção de progresso, na noção de que existem sociedades mais ou menos evoluídas, mais ou menos complexas, de que a produção cultural e intelectual das sociedades de classe e letradas é superior às demais, de que existe história e pré-história. Essa forma de iniciar o programa de História no ensino médio sustentava-se nas

experiências curriculares da década de 1980, que já mencionamos, sobre as quais indico o artigo da professora Carolina Galzerani (2005b), *Políticas públicas e ensino de história*, e na mudança do vestibular da Unicamp no final da década de 1980, que corajosamente foi o primeiro a trocar os testes (hoje incompreensivelmente chamados de questões objetivas, o que absolutamente não são) pela prova dissertativa, apostando em questões reflexivas cujas respostas possíveis convidavam à construção inventiva do conhecimento histórico escolar. Nos muitos anos de ensino na educação básica, trabalhei com documentos e com fragmentos de textos historiográficos, mais do que com o livro didático, recriando, como fazemos todos nós, professores, o currículo a partir de minhas práticas, que tinham como referência essas experiências coletivas relativas ao currículo e à própria imagem do que poderia ser a história ensinada de forma autoral, tecida com as e os estudantes. Propus e participei, em diferentes papéis, de projetos de educação patrimonial, estudos urbanos e ambientais, história da fotografia, história local em parceria com o arquivo público, envolvendo estudantes de diferentes idades e professores de diferentes áreas e disciplinas, em experiências coletivas e afetivas que lembramos com prazer. Esses projetos foram inspirados pelo currículo aberto dos cursos da Unicamp naquele período, com disciplinas optativas que convidavam ao diálogo interdisciplinar e à interrogação epistemológica das ciências e humanidades, à aproximação afetiva e intelectual entre estudantes de todo o campus. Tenho muito apreço por esses diálogos, tão potentes na educação básica e na pesquisa acadêmica. Colocam em xeque as concepções de conhecimento que trazemos de nossas especialidades, criam tensões, conflitos e questões que movimentam nossas práticas, pesquisas e reflexões.

Trabalhei por oito anos em um pequeno arquivo de concepção muito contemporânea, com poucos legados de práticas anacrônicas, aprendendo a compreender o mundo dos arquivos em seu interior. No doutorado, diferentes dimensões da minha formação e experiência se entrecruzaram, guiadas pela orientação da professora Carolina Galzerani que, a par de uma sólida reflexão teórica e metodológica, convidava seus orientandos a mergulharem a pesquisa em suas experiências vividas, de forma que as reflexões teórico-metodológicas e as experiências profissionais se iluminavam mutuamente. Nas leituras para as pesquisas, acolhia nossas escolhas, em diálogo com os autores centrais ao grupo, nomeadamente Edward Palmer Thompson, Walter Benjamin e Peter Gay. Com essa formação, no doutorado, compreendi como experiência e

reflexão teórica podem se alinhar em benefício de outras possibilidades de produção de conhecimento, em vieses inventivos e autorais, construídos coletivamente no grupo de pesquisa, ampliando a densidade tanto da reflexão teórica como da experiencial.

São lições que sigo aprendendo, revisitando memórias dessa experiência de formação docente e de pesquisa, relendo os artigos de Maria Carolina com os orientandos que estão comigo hoje construindo seus percursos. Inspirada nas articulações entre a história cultural e a educação produzidas por ela em diálogo com docentes da Faculdade de Educação da Unicamp, venho refletindo com o coletivo da linha de pesquisa Educação das Sensibilidades, História e Memória, do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada (GEPEC/FE Unicamp) sobre experiências de produção de conhecimentos históricos educacionais de forma alargada, não apenas no ensino de História, mas também em outras disciplinas, com estudantes de diferentes níveis de ensino e idades. Fazendo parte do GEPEC, do qual a pesquisa narrativa em diferentes matizes (notadamente Bakhtin, Vigotski, Benjamin e Ricoeur) constitui um núcleo articulador, fui me aproximando das possibilidades, questões e dilemas próprios a essa forma de produzir conhecimentos, trazendo na bagagem os referenciais da história cultural e, muito especialmente, as possibilidades teóricas e metodológicas relativas à produção de conhecimentos históricos educacionais vislumbradas na obra de Maria Carolina, nas quais se destaca, na reflexão sobre experiências, memórias e narrativas, o filósofo Walter Benjamin.

Todo esse desvio foi para apresentar entretecida, nessa narrativa, as opções teóricas e metodológicas, que sigo construindo, às experiências vividas na educação, nos arquivos e na pesquisa. Aprendi na Faculdade de Educação como os saberes experienciais podem – e devem – se articular às reflexões teóricas, e venho contemplando e praticando essas articulações nos encontros de orientação coletiva, nas formações externas, nas disciplinas de pós-graduação. Nesse tecido entre experiência e reflexão, o tempo e as memórias são constituintes, confrontando o produtivismo acadêmico que esvazia as dimensões reflexivas da experiência, as práticas positivistas de produção de conhecimento e as fantasmagorias que supõem que as produções acadêmicas mais recentes são necessariamente mais atuais e potentes. Muitas vezes essa relação é a inversa, dado o tempo exigido para as produções intelectuais adensarem e amadurecerem.

A busca de compreensão das possibilidades de articulação entre experiências, memória e narrativas no presente, vivido na modernidade tardia, fez com que se ampliassem, nas investigações da linha de pesquisa, as leituras, reflexões e experiências em diálogo com a arte. Seguindo os passos de Benjamin em seus estudos sobre poesia, literatura, artes plásticas e teatro contemporâneos, buscamos aprofundar nossa compreensão das formas de produção de conhecimentos guiadas por uma racionalidade estética (Matos, 1990⁷, Galzerani, 2013⁸), isto é, por uma apreensão de mundo e de si que mobiliza saberes experienciais e racionais, emoções, sentidos, sensibilidades e memória dos sujeitos, no ato de produção de conhecimento. Este é concebido como relacional, produzido no encontro entre sujeito(s) e objeto(s) de investigação, afastando-se tanto da subjetividade radical, solipsista, como da pretensa objetividade total cartesiana.

No que se refere à produção das narrativas, buscamos investigar e ensaiar possibilidades que não negam ou apagam a fragmentação e as condições próprias dos sujeitos, das experiências e memórias na modernidade tardia, mas, ao contrário, constroem-se a partir de suas ruínas, nas quais se vislumbram dimensões socioculturais e históricas das experiências narradas, inspiradas no modo como faz Benjamin, em especial em *Infância em Berlim por volta de 1900* (1987) e em *Paris, capital do século XIX* (2007), como também faz Carolina, em diversos artigos. Nesse momento estamos trabalhando de forma central as questões relativas às especificidades da percepção na produção de conhecimentos guiada pela racionalidade estética, bem como suas mudanças na modernidade tardia, com suas mediações tecnológicas, tendo como referências tanto a obra de Walter Benjamin como alguns de seus comentadores. O conhecimento produzido coletivamente por nós apresenta-se entrelaçado nas

⁷ MATOS, Olgária. Desejo de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin. In: NOVAES, Adauto. **O desejo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 283-306. Disponível em: <https://artepensamento.com.br/item/desejo-de-evidencia-desejo-de-videncia-walter-benjamin/> Acesso em 09 de dezembro de 2020.

⁸ GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Imagens que lampejam: contribuições de Walter Benjamin para a produção de conhecimentos históricos. In: **Encuentro de Saberes. Luchas populares, resistencias Y educación.**, v. 1, p. 53, 2013. Disponível em: <http://beu.extension.unicen.edu.ar/xmlui/bitstream/handle/123456789/177/2.%20Revista%20Encuentro%20de%20Saberes.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 09 de dezembro de 2020.

pesquisas já defendidas que orientei e co-orientei, com o professor Guilherme do Val Toledo Prado, nos últimos cinco anos, em diálogo com as produções das/os pesquisadoras/es de nossa linha de pesquisa e, mais amplamente, do GEPEC.

Em relação à leitura e significação de documentos, e à reelaboração crítica da relação entre memória e educação via documentos e arquivos, comparece de forma central a concepção de que o conhecimento é relacional, ou seja, de que se forma no encontro entre o sujeito, em sua inteireza, com seus saberes e não saberes, experiências e memórias, conscientes e não conscientes, e o objeto de conhecimento, o documento, compreendido como portador de sentidos plurais, que se realizam no ato de produção de conhecimento situado historicamente, isto é, no tempo, no espaço e nas relações sociais. Nessa abordagem, a construção dos conhecimentos históricos educacionais se produz em cada coletivo educacional, e é sempre singular, porque produzidos por professoras/es e estudantes que comparecem com suas experiências e questões, interrogando os documentos e tecendo reflexões no encontro entre presente e passado possibilitado por essa experiência de pesquisa histórica educacional. A concepção de tempo e de história mobilizada por essa abordagem deve a Walter Benjamin seus referenciais. Afastando-se a concepção linear de história e do tempo matematizado da modernidade, afirma a possibilidade de “saltos do tigre”, em que o presente dos sujeitos do conhecimento e o presente dos sujeitos cujos indícios os documentos portam podem mobilizar-se em um encontro de sujeitos no tempo. Esses saltos têm sido flagrados em nossas experiências de pesquisa em educação em múltiplos espaços, disciplinas e com estudantes de diferentes idades. Estão registradas em dissertações, teses, artigos e capítulos de livro. Entre as teses e dissertações, notadamente nas de Mateus Leme, Karla Beck, Mariana Soares, Nara Rubia de Carvalho Cunha, Marcemino Pereira, Thais Zerbinatti e Márcia Bichara. Nas publicações dos Simpósios Arquivos & Educação busco trazer, a cada edição, uma dessas experiências e suas reflexões⁹.

*Desde 2016, você e a professora Ivana Parrela, da Escola de Ciência de Informação da UFMG, organizam anualmente o **Simpósio Temático Arquivos e Educação**, que tem como proposta colocar em diálogo diferentes ações educativas na interface com*

⁹ Ver livros digitais do Simpósio Arquivo & Educação. Disponível em: <https://sites.google.com/unicamp.br/arquivos-educacao/publica%C3%A7%C3%B5es>
Acesso em 09 de dezembro de 2020.

arquivos, evidenciando a diversidade de abordagens e proposições que estão em curso no país. Pelo o que vocês têm acompanhado a partir dos trabalhos inscritos nas cinco edições do evento já realizadas, o que você destaca como principais tendências de abordagem dos arquivos na ação educativa?

O Simpósio é uma iniciativa singular, por reunir profissionais de arquivo e da educação, acolhendo a diversidade de abordagens, metodologias e concepções teóricas que guiam experiências educacionais em arquivos, escolas e centros de memória brasileiros. Nesses encontros contamos com a presença de instituições de referência dos campos da educação e da arquivologia, de arquivos que investem em seus setores educativos, produzem experiências educacionais inovadoras e refletem sobre elas. A diversidade de abordagens é grande e profícua, e percebemos ao longo desses anos uma abertura e aproximação dos dois campos, multiplicando-se os olhares e interrogações sobre o que seja a educação, sobre as potências dos acervos documentais para as experiências educativas em diferentes formas de ensino e pesquisa. Acredito fortemente que o conhecimento se produz no coletivo e na diversidade, acolhendo suas ambiguidades, tensões, suas aproximações e dissonâncias. Estar com parceiras e parceiros comprometidos com *outra* educação e com *outras* possibilidades de leitura e significação de acervos documentais tem sido transformador para nossas concepções e práticas de educação em e com os arquivos. Nesse sentido, não flagro tendências, mas sim movimentos, deslocamentos, mútua aprendizagem e aproximações, intelectuais e afetivas.

As temáticas propostas convidam a deslocamentos em relação às concepções cristalizadas de educação em arquivos, acenando à inventividade e à reflexão. Em 2019, por exemplo, o tema foi *Arquivos e temporalidades: o tempo nas práticas em educação e arquivos*. A chamada destacava a temporalidade como categoria de reflexão:

Que engendramentos do tempo emergem nas práticas em educação e arquivos? Vivemos de forma naturalizada práticas educacionais em arquivos que se sustentam em concepções de tempo e de escrita da história herdadas do historicismo e de visões positivistas, etapistas, evolucionistas de percepção do tempo, erigidas desde o século XIX, enraizadas socialmente na escola, nas mídias e em outros espaços formais e não formais de produção de conhecimentos históricos. Queremos chamar a atenção para as possibilidades de outras sensibilidades relativas

ao tempo abertas pela experiência nos arquivos, a contrapelo das produções hegemônicas. Convidamos educadores, arquivistas, professores, pesquisadores e profissionais que trabalham nos e com os arquivos à proposição de comunicações e à reflexão sobre as experiências dos sujeitos, em contextos de leitura e significação de documentos de arquivo, que valorizem sua apropriação singular dos registros documentais, na ressignificação do presente, em diálogo com tais registros.

A conferência de abertura daquela edição, “O que nos ensinam os tempos da infância?”, feita pelo filósofo e professor Walter Kohan, da UERJ, mobilizou corações e mentes para flagrarmos outros sentidos do tempo, experienciar outras temporalidades, trazendo à tona a constituição histórica e cultural da experiência temporal, que se expressou nas reflexões dos artigos publicados com as apresentações desse ano. E assim vamos tecendo possibilidades investigativas sobre essa temática multidisciplinar que conduz o Grupo de Pesquisa Arquivos, Educação e práticas de memória: diálogos transversais (UFMG/Unicamp), realizador do Simpósio. É um evento itinerante, que tem contado com a presença de importantes instituições arquivísticas e universidades brasileiras.

Você articula as práticas de memória e educação prevalentes em arquivos online a experiências estéticas na modernidade e que participam do processo de educação de sensibilidades modernas. O que seria essa educação de sensibilidades? Como as práticas de memória em arquivos, potencializadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação, atuam e podem atuar nesse processo?

A pesquisa relativa à educação das sensibilidades busca flagrar e compreender formas de educação que se dão no interior das práticas culturais, em experiências com dimensões conscientes e não conscientes, que colaboram de maneira decisiva para esculpir as nossas formas de estar no mundo e compreendê-lo. A experiência do tempo, que acabamos de mencionar, é uma das aprendizagens sensíveis, largamente não conscientes, que se dão imbricadas nas práticas culturais. A escola, como lugar de produção cultural, abriga inúmeras dessas aprendizagens, que se dão pela mobilização dos sentidos e sensibilidades, como nos referimos em alguns momentos dessa entrevista.

O documento, em nossa imaginação educada por suas imagens veiculadas em exposições de museus e arquivos, pelos audiovisuais de “documentários”, entre outras formas de narrativa histórica contemporâneas, reveste-se de uma aura de evidência e positividade, que não resiste a uma leitura mais atenta. Sua presença cotidiana nas mídias pode dar a impressão de que sua leitura é imediata e transparente. Descontextualizado, o documento de arquivo retém sua aura, mas é lido, tendencialmente, como uma “tentadora simplificação” (GAY, 1989, p. 33). Como tratar o estranhamento que os documentos de arquivo nos causam, evitando uma leitura banalizante que, ao aproximá-los de nós, empaticamente, transforme-os em presente, mobilizando uma experiência de tempo como “sempre igual”? (BENJAMIN, 2007, p. 515). Andreas Huyssen escreve sobre essa presentificação, relacionando-a às tecnologias da informação:

Quanto mais memória armazenamos em bancos de dados, mais o passado é sugado para a órbita do presente, pronto para ser acessado na tela. Um sentido de continuidade histórica, ou, no caso, de descontinuidade, ambos dependentes de um antes e um depois, cede o lugar à simultaneidade de todos os tempos e espaços prontamente acessíveis pelo presente. A percepção da distância espacial e temporal está se apagando. Mas é evidente que essa simultaneidade, essa presentidade sugerida pelo imediatismo das imagens, é em larga medida imaginária, e cria suas próprias fantasias de onipotência: a troca incessante de canais vista como a estratégia contemporânea de desrealização narcísica.

À medida que essa simultaneidade vai abolindo a alteridade entre passado e presente, aqui e ali, ela tende a perder a sua ancoragem na referencialidade, no real, e o presente sucumbe ao seu poder mágico de simulação e projeção de imagens. Não se pode mais perceber a diferença real, a alteridade real no tempo histórico ou na distância geográfica. No caso mais extremo, os limites entre fato e ficção, realidade e percepção se confundem a ponto de nos deixar apenas com a simulação, e o sujeito pós-moderno se dissolve no mundo imaginário da tela. Os perigos resultantes do relativismo e do cinismo tem sido muito debatidos nos últimos anos, mas a fim de ultrapassar tais perigos devemos reconhecer que eles são inerentes aos nossos modos de processar o conhecimento. (HUYSEN, 2000, p. 74-75)

Entre as questões a serem enfrentadas na produção de conhecimentos históricos educacionais com pesquisa documental estão a de propor leituras que não se tornem a apologia da positividade do documento de arquivo, mas que, também, não se diluam na subjetividade radical da pós-modernidade, como descrita por Huyssen. Como enfrentar as tensões entre o discurso que sustenta o caráter totalmente objetivo da pesquisa documental e as apologias da subjetividade radical, que se envolvem em experiências solipsistas e negam a materialidade do real (THOMPSON, 1981)?

Estamos frente a movimentos sobre os quais Benjamin refletiu, sobretudo quando escreveu sobre a monumentalização do patrimônio e do passado, atualizados em fantasmagorias: “o confronto com a historiografia convencional e com a “celebração” deve ter como base a polêmica contra a empatia” (2007, p. 217). Podemos, então, nos perguntar em que medida os sites dos arquivos, especialmente em suas atividades educativas, são formas esteticamente contemporâneas da atualização do passado, que criam o tempo “do sempre igual” (BENJAMIN, 2007; GALZERANI, 2002). O presente é, nessa construção discursiva, um ponto do qual olhamos para o tempo que escorre, sobre o qual não podemos agir. Ficamos presos em um discurso que usa os registros do passado para justificar a configuração de forças atual e projetá-la no tempo passado e futuro. Nessa aproximação, os registros são lidos como marcas da obsolescência, e apoiam gestos de renúncia à ação criativa na construção de projetos de futuro. Para o filósofo, “A especificidade da experiência dialética consiste em dissipar a aparência do sempre igual – e mesmo da repetição – na história. A experiência política autêntica está absolutamente livre desta aparência” (BENJAMIN, 2007, p. 515).

Ações de educação patrimonial se consolidaram na abordagem de bens culturais de dimensão material/imaterial, compreendendo a impossibilidade de dissociação entre material e imaterial, de acordo com Ulpiano Meneses (2012). E mais recentemente temos acompanhado debates sobre as implicações de uma possível virtualização da memória e do patrimônio. Você tem uma diversidade de experiências que se ligam direta ou indiretamente a essas questões, quer seja na pesquisa, na docência, como diretora e educadora em arquivo e também como membro correspondente do Sub-Comitê de Educação e Pesquisa do Programa Memória do Mundo, da UNESCO. Nesse sentido, como você avalia a preocupação com a virtualização da memória e do patrimônio?

O grande risco, da perspectiva do sujeito da experiência, está posto por essa experiência estética que transforma em espetáculo o encontro entre sujeito e objeto de conhecimento, no qual o sujeito, seduzido, frui, em puro esquecimento de si, a exposição midiática de imagens de documentos, e de outros vestígios do passado, desencarnados e postos à venda, em troca da nossa atenção. As fantasmagorias da modernidade, de que nos fala Benjamin, ambigualmente nos mobilizam desejos profundos, como o de articulação entre presente e passado, expresso por quem busca aproximar-se das experiências relativas ao patrimônio material/imaterial, mas não realiza esses desejos, pois nos devolvem imagens fantasmagóricas, espetaculares, desses objetos. Dialeticamente, tais fantasmagorias podem transformar-se em alegorias, apresentando-se em sua constituição contraditória, ao quebrarmos seu feitiço, provocando rupturas em suas narrativas e nos deslocando do lugar de espectadores para o de sujeitos da experiência, desarticulando as relações entre palco e plateia, interrogando o espetáculo, vivendo experiências de estranhamento. A arte moderna e contemporânea tem muito a nos ensinar a esse respeito, como têm também as crianças.

A partir de sua experiência nos campo da educação em arquivos e no ensino de história, o que você destacaria como potencial para a educação patrimonial a partir das plataformas digitais?

Parte do potencial que percebo nessas experiências foi apontado nas questões anteriores, talvez possa ressaltar a possibilidade única, surgida com o acesso pleno a documentos de arquivo, na forma de suas imagens digitais, de construções autorais, por professoras/es, em diálogo com estudantes, de leituras singulares do passado, considerados os desafios e dilemas de que já falamos, e, inclusive, tematizando esses dilemas. Se considerarmos a pesquisa como diálogo entre sujeitos, e entre sujeito e objeto, a experiência educativa de criação de conhecimentos sobre o passado deve considerar as experiências e memórias dos sujeitos produtores de conhecimento, em diálogo com suas fontes.

Em relação ao patrimônio documental, esse diálogo emerge ao nos deslocarmos em relação às expectativas e práticas tendencialmente hegemônicas, instrumentais, que propõem leituras como experiências cognitivas esvaziadas de sentido político e social, bem como dos procedimentos que querem levar os estudantes à aprendizagem de uma dada distancia

racional do objeto da aprendizagem. A pesquisa de documentos arquivísticos pode ser uma experiência sensível. O sujeito do conhecimento, nessa concepção, desloca-se do ideal da racionalidade distante de seu objeto, para abraçar a experiência do investigador “que se recorda de modo ativo, promovendo o encontro transformador com o ocorrido”, para tomar emprestadas as palavras de Seligmann-Silva (SELIGMANN-SILVA, in: BENJAMIN, 2020, p. 13), e seu objeto, o documento, mostra-se prenhe de possibilidades de leituras plurais, no encontro entre temporalidades. A esse respeito sugiro, ainda, a leitura do dossiê temático *Diálogos desviantes no arquivo: das experimentações artísticas à educação das sensibilidades*, da Revista Acervo (2019. v. 1)¹⁰. Concebo, ainda, essa possibilidade nas experiências intergeracionais, em que comparecem as percepções de crianças, jovens e adultos, em diálogos com sujeitos que viveram em outros tempos, mediados por documentos, seus vestígios. As leituras infantis de documentos podem ser libertadoras, pois as crianças, desconhecendo as estruturas do útil e dos fins, flagram possibilidades de sentido que nós, adultos, não conseguimos perceber. No lugar de querer ensiná-las a ver como nós, podemos nos permitir aprender com seus olhares. Nesse sentido, convido à fruição de um audiovisual tecido coletivamente em uma escola de Educação Infantil de Campinas, entre 2017 e 2018: Hilário Pereira Magro Junior: lugar de memória e de história.¹¹

Atualmente, estamos experimentando várias formas de ensino remoto e cresce o debate sobre a importância do investimento em Tecnologias de Informação e Comunicação no processo educativo. Por outro lado, cresce também a preocupação quanto aos riscos provenientes do isolamento social e da perda de contato físico entre pessoas e o ambiente em que se inserem de modo mais ampliado. Tendo em vista seus estudos, como o

¹⁰ Ver **Acervo Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, set./dez. 2019. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/79> Acesso em 09 de dezembro de 2020.

¹¹ Ver o vídeo disponibilizado no Youtube: <https://youtu.be/DR3kVbc2DoA>. A reflexão sobre essa experiência encontra-se em KOYAMA, A. C.; FREITAS, L. C. G. ; FERNANDES, G. M. . DIÁLOGOS ENTRE SUJEITOS NO TEMPO: uma experiência no Parquinho da Vila Marieta? Campinas. In: Adriana Carvalho Koyama; Ivana Denise Parrela. (Org.). **Arquivos e temporalidades: o tempo nas práticas em educação e arquivos**. Belo Horizonte: ECI-UFMG, 2020, v. 1, p. 26-49. Disponível em: <https://sites.google.com/unicamp.br/arquivos-educacao/publicacoes> Acesso em 09 de dezembro de 2020.

professor pode abordar tais plataformas em seu trabalho evitando promover desenraizamentos espaço-temporais e sociais?

As plataformas virtuais que temos usado tendem a reafirmar as hierarquias entre professor e alunos, propondo ações em que o controle do espaço virtual é restrito ao professor/a, sobretudo para atividades individuais dos estudantes, apresentando dificuldades e ausência de facilitadores para a comunicação livre e coletiva nas disciplinas. A abordagem tecnicista de educação está implícita na quase totalidade dessas plataformas, que oferecem interatividade homem-máquina, mas pouca possibilidade de interação entre os sujeitos envolvidos. Lutar contra essa forma espetacular de encontro é necessário, lançando mão de tecnologias mais abertas, fazendo das aulas momentos de diálogo coletivo, muito mais do que de exposição do professor/a. Professores/as e estudantes podem ser convidados, em sua inteireza, a esse “estar junto virtual”¹², que subverte a lógica dessas plataformas e abre caminho para outras experiências educacionais. É preciso estar atento e compreender tais plataformas em sua dimensão midiática, promovendo formas de produção midiática em contraposição ao espetáculo. Os jovens e as crianças podem nos ensinar muito sobre isso, na forma como reinventam os usos das mídias, produzindo outras formas culturais de estar na escola, mesmo que nessas condições tão adversas. São muito inspiradoras, nesse sentido, as produções midiáticas feitas pelos/as estudantes nos movimentos de ocupação das escolas, ocorridos há pouco tempo atrás.

Referências bibliográficas:

BECK, Karla Lopes. **Um convite ao labirinto: experiências cinematográficas na Educação Infantil**. 2019. 1 recurso online (152 p.) Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas- SP, 2019.

¹² Sugiuro, como movimento inicial, a leitura do texto de Mariano Pimentel e Renata Araújo Há conversação em sala de aula? Disponível em: <http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/04/conversacaoonline/> Acesso em 09 de dezembro de 2020.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o Conceito de História**. Edição Crítica. Tradução de Adalberto Muller e Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Alameda, 2020.

_____. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

_____. **Obras Escolhidas II. Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BICHARA, Márcia Regina Poli. **Narrativas de uma experiência na Escola das Mostardas: formação docente e produção de conhecimentos históricos educacionais**. 2017. 294 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2017.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado - pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho. **Primaveras Compartilhadas: (re)significando a docência na relação com cidade, memórias e linguagens**. 2016. 250 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2016.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **Imagens entrecruzadas de infância e de produção de conhecimento histórico em Walter Benjamin**. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de, DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri e PRADO, Patrícia Dias (Orgs.). **Por uma cultura da infância: Metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. **Políticas públicas e ensino de história**. In: ARIAS NETO, José Miguel (Org.). **Dez anos de pesquisa em ensino de História**. Londrina: AtrioArt, 2005b.

_____. **Memória, tempo e história: perspectivas teórico-metodológicas para pesquisa em ensino de História**. **Cadernos do CEOM**, v.21, n.28, p.15-32, jun. 2008.

_____. **Imagens que lampejam: contribuições de Walter Benjamin para a produção de conhecimentos históricos**. **Encuentro de Saberes. Luchas populares, resistencias Y educación.**, v. 1, p. 53, 2013. Disponível em: <http://beu.extension.unicen.edu.ar/xmlui/bitstream/handle/123456789/177/2.%20Revista%20Encuentro%20de%20Saberes.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 09 de dezembro de 2020.

_____. Livros didáticos: cenários de pesquisas e práticas de ensino no Brasil. In: GALZERANI, Maria Carolina Bovério; BUENO, João Batista Gonçalves; PINTO JR., Arnaldo. **Paisagens da Pesquisa Contemporânea sobre o Livro Didático**. Jundiaí: Paco Editorial; Campinas: Centro de Memória/Unicamp. 2013b.

_____. **O almanaque, a locomotiva da cidade moderna: Campinas, décadas de 1870 e 1880**. Campinas-SP: UNICAMP/CMU Publicações, 2016.

HUYSSSEN, Andréas. **Seduzidos pela Memória. Arquitetura, Monumentos, Mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online: ação educativa no universo virtual**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2015.

KOYAMA, A. C.; FREITAS, L. C. G. ; FERNANDES, G. M. Diálogos entre sujeitos no tempo: uma experiência no Parquinho da Vila Marieta? Campinas. In: Adriana Carvalho Koyama; Ivana Denise Parrela. (Org.). **Arquivos e temporalidades: o tempo nas práticas em educação e arquivos**. Belo Horizonte: ECI-UFMG, 2020, v. 1, p. 26-49. Disponível em: <https://sites.google.com/unicamp.br/arquivos-educacao/publicacoes> Acesso em 09 de dezembro de 2020.

KOYAMA, A. C.; PATO, A.. (Org.) . **Revista ACERVO Dossiê temático: Diálogos desviantes no arquivo: das experimentações artísticas à educação das sensibilidades**. 32. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019. v. 1. 189p . Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/79> Acesso em 09 de dezembro de 2020.

KOYAMA, Adriana Carvalho. De fantasmagorias a alegorias: desafios da educação e(m) arquivos. In: SIMAN, Lana Mara de Castro; MIRANDA, Sonia Regina. (Org.). **Patrimônio no plural: educação, cidades e mediações**. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017, v. 1, p. 136-153. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/346925818_De_fantasmagorias_a_alegorias_desafios_da_Educacao_em_Arquivos Acesso em 09 de dezembro de 2020.

_____. Lembranças, esquecimentos e narrativas: questões incômodas sobre história e memória na educação e nos arquivos. In: KOYAMA, Adriana

Carvalho ; PARRELA, Ivana Denise (orgs). **Arquivos, Arte & Educação: diálogos nas fronteiras do conhecimento**– Belo Horizonte : Escola de Ciência da Informação, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, 2018, pp. 11-24.

KOYAMA, A. C.; BUENO, J. B. G. Educação dos Sentidos e das sensibilidades: olhares entrecruzados sobre artefatos de ensino na contemporaneidade. In: ANPUH - XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal RN. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. São Paulo SP: ANPUH BR, 2013.

LEME, Mariana Soares. **Ensino de artes e suas potencialidades para abordagens das relações étnico-raciais na escola: as culturas indígenas e seus contextos urbanos**. 2020. 1 recurso online (192 p.) Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas-SP, 2020.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: SUTTI, Weber (Coord.). **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: sistema nacional de patrimônio cultural – desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**. Brasília, DF: Iphan, p.25-39, 2012.

PEREIRA, Marcemino Bernardo. **“Faço-me das tuas nas nossas palavras: a escrita de textos no Ensino de História”**, 2014. 214 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2014.

MATOS, Olgária. Desejo de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin. In: NOVAES, Adauto. **O desejo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 283-306. disponível em: <https://artepensamento.com.br/item/desejo-de-evidencia-desejo-de-videncia-walter-benjamin/> Acesso em 09 de dezembro de 2020.

SOUSA, Mateus Leme de. **Experiências de estudantes no contexto do vestibular: narrativas e memórias sobre a preparação para os exames**. 2016. 1 recurso online (162 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas-SP, 2016.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ZERBINATTI, Thaís Otani Cipolini. **Práticas culturais de leitura na creche: livros, educadoras e crianças.** 2020. 1 recurso online (200 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas- SP, 2020.

Recebido em Setembro de 2020.

Aprovado em Outubro de 2020.